



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**A HERANÇA LUSITANA COMO FATOR IMPEDITIVO PARA UMA DEMOCRACIA EFETIVA
NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE RAYMUNDO FAORO E
SERGIO BUARQUE DE HOLANDA**

Laís Fernanda de Azevedo

laisf_azevedo@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Brasil

Samuel Costa Peres

scostaperes@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A redemocratização brasileira na década de 1980 galgou uma nova ordem, realizou várias transformações das formas organizacionais e, principalmente, estimulou a participação da sociedade civil por meio de mecanismos da democracia participativa. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil parecia atravessar um novo estágio da maturidade política e institucional, entretanto, em pouco tempo, voltou a ceder às instabilidades de reforma. Considerando que se vigora um regime democrático, as decisões e formulações de políticas públicas devem advir do interesse geral da sociedade, porém, verifica-se um elevado grau de ineficiência nessa dinâmica, há uma arbitrariedade do público pelo privado, o que acaba por impedir a legitimação de uma ordem social democrática. A democracia no Brasil existe, mas é insuficiente. Nesse sentido, há uma constante discussão sobre a construção social e política do Brasil, bem como diversos questionamentos sobre sua estrutura institucional e suas deficiências que percorrem a história brasileira até o presente. A fim de elucidar explicações que permeiam a estrutura institucional e a construção social brasileira, faz-se um resgate aos consagrados intérpretes do Brasil, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. Ao retomar a história pode-se compreender elementos que transcendem a composição da sociedade e sua estrutura. Ainda que suas principais obras estejam separadas por mais de vinte anos, publicadas em 1958 e 1936 respectivamente, ambos interpretam o processo histórico-político brasileiro, apontando elementos que impedem a formação de um Estado democrático. Os dois intérpretes trazem a forte influência dos portugueses na formação social do Brasil, por meio de seus hábitos, personalidade e sua estrutura institucional. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar características, comparando as perspectivas dos dois autores, da construção social, política e institucional do Brasil que acabaram por se tornar impeditivas à formação de uma ordem democrática plena e de uma esfera pública que respondesse aos interesses gerais de toda a nação. Para tanto, utilizou-se, principalmente, as obras *Raízes do Brasil*, de Holanda (1995), e *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*, de Faoro (2008). Verificou-se que, apesar dos autores tratarem de diferentes aspectos, Faoro com maior foco nas instituições e Holanda nos aspectos culturais das ações, ambos confluem para ideia de que a formação da consciência política brasileira é deficiente, regada de presença lusitana e infrutífera. E, ainda que suas obras datem 1930 e 1950, suas reflexões transcendem os dias atuais, revelando a importância e a genialidade de seus pensamentos.

Palavras chave:

Democracia, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Brazilian redemocratization in the 1980s brought a new order, several transformations of organizational forms was made, and especially stimulated the participation of civil society through mechanisms of participatory democracy. With the promulgation of the 1988 Constitution, Brazil seemed to be crossing a new stage of political and institutional maturity, but in a short time it returned to the instabilities of reform. Considering that a democratic regime is in force, decisions and formulations of public policies must come from the general interest of society, but there is a high degree of inefficiency in this dynamic, there is an arbitrariness of the public by the private, which ends up preventing the legitimization of a democratic social order. Democracy in Brazil exists, but it is insufficient. In this sense, there is a constant discussion about the social and political construction of Brazil, as well as several questions about its institutional structure and its deficiencies that run through Brazilian history up to the present. In order to elucidate explanations that permeate the institutional structure and the social construction of Brazil, the interpreters of Brazil, Raymundo Faoro and Sergio Buarque de Holanda, are rescued. By retaking history it is possible to understand elements that transcend the composition of society and its structure. Although their main works are separated by more than twenty years, published in 1958 and 1936 respectively, both of them interpret the Brazilian historical-political process, pointing out elements that prevent the formation of a democratic State. The two interpreters bring the strong influence of the Portuguese in the social formation of Brazil, through their habits, personality and institutional structure. The purpose of this study is to identify characteristics comparing the perspectives of them, around the social, political and institutional construction of Brazil that ended up becoming impediments to the formation of a full democratic order and a public sphere that responded to the interests the whole nation. Therefore, it were used for analysis the works *Raízes do Brasil*, of Holanda (1995), and *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro* of Faoro (2008). It was verified that, although the authors deal with different aspects, Faoro with greater focus in the institutions and Holland in the cultural aspects of the actions, both converge to the idea that the formation of the Brazilian political conscience is deficient, watered of Portuguese presence and fruitless. And, although his works date 1930 and 1950, his reflections transcend the present day, revealing the importance and the genius of his thoughts.

Keywords

Democracy, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

A redemocratização brasileira na década de 1980 galgou uma nova ordem, realizou várias transformações das formas organizacionais e, principalmente, estimulou a participação da sociedade civil por meio de mecanismos da democracia participativa (VAZ, 2006). Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil parecia atravessar um novo estágio da maturidade política e institucional, entretanto, em pouco tempo, voltou a ceder às instabilidades de reforma (COUTO e ARANTES, 2006). Na década de 1990 a nação passou por um processo de ações de desconcentração da execução de políticas públicas, com a descentralização, privatização e terceirização de serviços e setores importantes da estrutura administrativa brasileira, e a participação social teve avanços mais formais do que efetivos (VAZ, 2006).

Considerando que se vigora um regime democrático, as decisões e formulações de políticas públicas devem advir do interesse geral da sociedade, porém, verifica-se um elevado grau de ineficiência nessa dinâmica, há uma arbitrariedade do público pelo privado, o que acaba por impedir a legitimação de uma ordem social democrática. A democracia no Brasil existe, mas é insuficiente. Nesse sentido, há uma constante discussão sobre a construção social e política do Brasil, bem como diversos questionamentos sobre sua estrutura institucional e suas deficiências que percorrem a história brasileira até o presente.

A fim de elucidar explicações que permeiam a estrutura institucional e a construção social brasileira, faz-se um resgate aos consagrados intérpretes do Brasil, Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda. Ao retomar a história pode-se compreender elementos que transcendem a composição da sociedade e sua estrutura. Ainda que suas principais obras estejam separadas por mais de vinte anos, publicadas em 1958 e 1936 respectivamente, ambos interpretam o processo histórico-político brasileiro, apontando elementos que impedem a formação de um Estado democrático.

Os dois intérpretes trazem a forte influência dos portugueses na formação social do Brasil, por meio de seus hábitos, personalidade e sua estrutura institucional. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar características, comparando as perspectivas dos dois autores,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da construção social, política e institucional do Brasil que acabaram por se tornar impeditivas à formação de uma ordem democrática plena e de uma esfera pública que respondesse aos interesses gerais de toda a nação. Para tanto, utilizou-se, principalmente, as obras *Raízes do Brasil*, de Holanda (1995, 26ª Ed.), e *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*, de Faoro (2008, 4ª Ed.).

II. A herança lusitana

Longe de apenas ter conquistado as terras dos tupiniquins, os portugueses moldaram a sociedade brasileira à sua imagem e semelhança. Em suas obras, Faoro e Holanda, abordam os aspectos herdados dos colonizadores que acabaram por influenciar e plasmar a estrutura social e institucional do Brasil, entre eles, o presente trabalho explicita o *patrimonialismo*, o *estamento burocrático* e o *personalismo*.

II.1 – A questão do patrimonialismo

Sob influência de categorias weberianas, Sergio Buarque e Raymundo Faoro veem no patrimonialismo um empecilho para o desenvolvimento institucional. Nesse sentido vale explicitar o que Weber traz como patrimonialismo:

Também hoje, portanto, não é unívoca por toda parte a delimitação das esferas do direito público e do privado. Muito menos ainda aconteceu isso no passado. Pode até faltar completamente a possibilidade de uma distinção. Isso acontece quando todo direito e todas as competências, especialmente todos os poderes de mando, têm o caráter de privilégios pessoais (na maioria das vezes, tratando-se do chefe do Estado), denominados "prerrogativas" [...]. Nesse caso, o poder político, do ponto de vista jurídico, não tem estrutura de instituição, mas apresenta-se na forma de relações associativas e compromissos concretos dos diversos detentores e pretendentes de faculdades de mando subjetivas. Quanto à sua natureza, o poder de mando político, o do pai de família, o do senhor territorial ou o do senhor de servos não diferem neste caso: trata-se da situação de "patrimonialismo" (WEBER, 2004, p.3).

Iniciando sua obra com a análise da formação do Estado português nos séc. XIV e XV, Raymundo Faoro (2008) identifica a formação de um estado patrimonial, no qual a propriedade do rei se confunde nos seus aspectos público e particular. Nesse contexto, o súdito não pagava



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

quaisquer tipos de serviços, como fazia o contribuinte moderno, e a nobreza amparava-se nos velhos privilégios mantendo-se no nível de “companheira” do soberano, *status* este que, mais tarde, também logrou a burguesia. Caracterizava-se, assim, o Estado patrimonial, no entanto, não feudal, pois o feudalismo não criava, no sentido moderno, um Estado, ele realizava um conjunto de poderes políticos, que se dividia entre o mandante e os membros e que eram separados de acordo com o objeto de domínio, conciliando os privilégios estabelecidos por contrato, sem se atentar para as funções diversas e privativas fixadas em competências rígidas. Para o autor, o que se verificava na estrutura do Estado português era a subsunção do patrimônio público no patrimônio da coroa:

A propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confunde nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos de família ou em obras e serviços de utilidade geral. O rei, na verdade, era o senhor de tudo – tudo hauria dele a legitimidade para existir (FAORO, 2008, p. 23).

Assim como em Portugal, Faoro (2008) reconhece que no Brasil não houve feudalismo. Não se vislumbrou uma camada entre os reis e os vassalos que fosse dotada de autonomia política ou ainda uma vinculação entre eles respaldada em um contrato, calcada de lealdade sem uma subordinação incondicional.

O chamado feudalismo português e brasileiro não é, na verdade, outra coisa do que a valorização autônoma, truncada, de reminiscências históricas, colhidas, por falsa analogia, de nações de outra índole, sujeitas a outros conhecimentos, teatro de outras lutas e diferentes tradições [...] O feudalismo, acidente político e de direito público, não se configura, historicamente, sem que reúna os elementos que o fazem um regime social (FAORO, 2008, p. 37).

Dessa forma, o Brasil tem suas raízes fundamentadas no Estado patrimonial de Portugal, com grandes dificuldades de estabelecer relações impessoais no trato das coisas públicas. A dinâmica da metrópole perpassava a colônia, consolidando a dinâmica estamental burocrática em todas as esferas (ENDERLE E GUERREIRO, 2008).

Já Sérgio Buarque de Holanda (2004) faz referência ao patrimonialismo diferenciando o funcionário “patrimonial” daquele “puro burocrata”, cuja principal característica daquele é a gestão política como assunto de seu próprio interesse. Para explicar as bases do funcionário patrimonial,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Holanda recorre à formação social brasileira orientada no tipo primitivo da família patriarcal, que servirá de modelo para as relações entre governantes e governados e entre monarcas e súditos.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos (HOLANDA, 1995, p. 146).

Mais do que agir apenas em seus interesses, o funcionário patrimonial irá escolher homens que irão exercer funções públicas de acordo com sua confiança pessoal, nunca de acordo com suas capacidades. O funcionalismo patrimonial pode até adquirir alguns traços burocráticos com a racionalização e a divisão de funções, entretanto, em sua essência, o Estado é tanto mais patrimonial do que burocrático, pois em tudo falta a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (HOLADA, 1995).

O grande entrave é que os princípios da sociabilidade são hegemonicamente disseminados por todas as redes de relações sociais que acabam por moldar as instituições (ENDERLE e GUERRERO, 2008), estas formadas por funcionários de caráter patrimonial, no qual a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular.

O patrimonialismo, herança portuguesa, se manifesta de forma distinta entre os autores, no qual para Raymundo Faoro são transmitidas as estruturas de poder patrimonialista do Estado português, exportadas para a colônia em toda sua estrutura administrativa. Já, para Holanda, através de uma análise focada na psicologia da construção social, o patrimonialismo advém de uma herança cultural de bases familiares. Ainda que estabeleçam caminhos diferentes para a herança do patrimonialismo, os autores convergem no sentido que esta é uma característica que acaba por impedir o desenvolvimento de instituições sólidas e legítimas e que exerçam a função em prol do interesse geral da sociedade.

II.II- –O Personalismo de Holanda e a formação do Estamento Burocrático de Faoro



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sustentando o patrimonialismo do Estado Lusitano, Holanda (1995) atribui aos traços do comportamento português a incrível falta de rigor atribuída à impessoalidade e que dela *“resulta largamente a singular tibieza das formas de organização”* (HOLANDA, 1995, p.32). A pessoalidade reflete a falta de coesão da vida social tanto de Portugal quanto do Brasil, onde a ausência de formalismo e de uma hierarquia organizada permite que haja, via de regra, uma hierarquia baseada em privilégios, uma irracionalidade específica e uma injustiça social.

Construindo sua ideia, Sergio Buarque de Holanda, também confere aos ibéricos um certo desprezo por toda moral fundada no culto ao trabalho - parafraseando certo viajante o autor relata *“um português pode fretar um navio para o Brasil com menos dificuldade do que lhe é preciso para ir a cavalo de Lisboa a Porto”* (HOLANDA, 1995, p.46) - atribuída a isso, existe uma reduzida capacidade de organização social, o que implica na fragilidade das ideias de solidariedade. Onde há qualquer forma de moral do trabalho, raramente faltará ordem e tranquilidade entre os cidadãos (HOLANDA, 1995). A solidariedade entre eles existe apenas por meio da vinculação de sentimentos:

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional. A autarquia do indivíduo, a exaltação extrema da personalidade, paizão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior (HOLANDA, 1995, p. 39).

No Brasil reinava nos ofícios urbanos, assim como no rural, o mesmo amor ao ganho fácil, eram poucos os indivíduos que se dedicavam a vida inteira a uma só ocupação ou, ainda, os casos que o mesmo ofício perdurasse gerações, deixavam-se atrair por qualquer outra atividade que lhe pudesse trazer algum lucro maior. Esse fato constituía um grande empecilho à formação de um verdadeiro artesanato no país, principalmente, para aquelas atividades que exigiam uma vocação decidida. A forte repulsa por todas as modalidades de racionalização também fazia do negócio uma relação de laços diretos, tanto para o comércio quanto para a prestação de serviços, o cliente sempre dá preferência a posição do amigo: *“quando se quer alguma coisa de alguém, o meio mais certo de consegui-lo é fazer desse alguém um amigo”* (HOLANDA, 1995, p. 133).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Essas diversas características ibéricas, em especial a lusitana, moldaram a formação e construção social do Brasil, as instituições no país sempre foram amparadas por princípios sancionados pelo costume e por opiniões pessoais, dificultando o desenvolvimento político do país, bem como a aplicação de normas de justiça e de quaisquer prescrições legais. Para Holanda (1995, p. 61):

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.

Para Sergio Buarque de Holanda a família foi o âmago de todo modelo característico da sociedade brasileira. A família enquanto instituição guiava o conjunto e contato das relações sociais, o que acabava por conferir sua dinâmica nos aspectos da vida do indivíduo. Herdadas do período colonial e enraizadas na cultura brasileira, o arquétipo da família desenvolveu um arranjo institucional personalista, patrimonial e patriarcal (ENDERLE e GUERRERO, 2008). Saindo do seio familiar se encontra o “homem cordial”, brasileiro com uma vida pública débil e uma propensão a não diferenciação da sua vida privada e a dimensão da esfera coletiva.

Holanda (1995) expõe que no Brasil, onde sempre imperou, desde os tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o processo de urbanização, sem dúvidas, acarretaria um desequilíbrio social, a consequência de tal desequilíbrio é uma confusão do espaço público e privado e, também, a formação de círculos fechados e inacessíveis, no qual prevalece interesses particulares. Foi a família o círculo mais forte de desenvoltura na nossa sociedade, e resultante desta circunstância são as relações que se criam na vida doméstica e transbordaram como modelo obrigatório de qualquer composição social, mesmo naquelas democráticas, fundadas em princípios neutros e anti-particularistas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”¹. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civildade (HOLANDA, 1995, p 146 -147).

O autor trata tal cordialidade como o contrário da polidez e que, na verdade, equivale a uma máscara ou disfarce do indivíduo para ocultar suas sensibilidades e emoções. O respeito pelo próximo se manifesta aqui pelo interesse de se criar intimidade.

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros (HOLANDA, 1995, p. 147).

Sendo assim, o homem brasileiro, cordial, possui uma vida social dissonante e indisciplinada, enfrentando sólidas dificuldades de dominar sua personalidade e compor, de maneira coesa, a esfera pública.

Na visão de Raymundo Faoro o patrimonialismo, era gerido pela vontade do príncipe português, que estava amparado por funcionários e súditos leais, e estes também se apropriavam do Estado por interesses particulares. Tal elite administrativa constituía o “estamento burocrático”² –

¹ Segundo Sergio Buarque de Holanda, a expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserta em sua publicação Monterey. “Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra “cordial” há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico, se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do sr. Cassiano Ricardo onde se fala no homem cordial dos aperitivos e das “cordiais saudações”, “que são fechos de cartas tanto amáveis como agressivas”, e se antepõe à cordialidade assim entendida o “capital sentimento” dos brasileiros, que será a bondade e até mesmo certa “técnica da bondade”, “uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora”. Feito este esclarecimento e para melhor frisar a diferença, em verdade fundamental, entre as idéias sustentadas na referida obra e as sugestões que propõe o presente trabalho, cabe dizer que, pela expressão “cordialidade”, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em “bondade” ou em “homem bom”. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia” (HOLANDA, 1995, p. 204-205).

² Para Weber o estamento é um fenômeno de distribuição de poder dentro de uma comunidade. “Os estamentos, em contraste com as classes, são, em regra, comunidades, ainda que frequentemente de natureza amorfa. Em oposição à “situação de classe”, determinada por fatores puramente econômicos, compreendemos por “situação estamental” aquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou ne-



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de inspiração weberiana, o autor remete àqueles que conduziam a esfera e administração pública por meio de uma ordem patrimonial (SILVEIRA, 2006).

Segundo Tavares e Fonseca (2009), o soberano, por meio da dominação tradicional, ao incentivar o personalismo, baseado na tradição, tenta reforçar e persuadir a sociedade do seu poder institucional e de seus funcionários como algo quase divino. O aparelhamento do Estado, a imposição de uma vontade sobre a conduta alheia, a falta de dissociação dos interesses privados e o do soberano é o que Faoro denomina de estamento político.

Há não apenas tributos a colher, onde quer que haja movimento de bens, senão receitas a arrecadar, como participação do príncipe em todos os negócios, senhor ele próprio de todas as transações, lucros e vantagens [...] Para isso, o Estado se aparelha grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização político-administrativa, juridicamente pensada e escrita, racionalizada e sistematizada pelos juristas. Esta corporação de poder se estrutura numa comunidade: o estamento [...] a imposição de uma vontade sobre a conduta alheia. A estratificação social, embora economicamente condicionada, não resulta na absorção do poder pela economia. (FAORO, 2008, p.60-61).

A natureza do estamento político é primariamente uma camada social e não econômica, constituindo sempre uma comunidade, no qual seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, sob uma posição social e um *status* específico, qualificado para o exercício do poder. Ao contrário da classe, no estamento a igualdade das pessoas não vigora, sendo, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. O fechamento da comunidade leva à apropriação de oportunidades econômicas que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos (FAORO, 2008).

Para Faoro (2008), os estamentos ainda se diferenciam das classes no sentido que aqueles governam e estas negociam, o que acaba por permitir que no Estado patrimonial de estamento o domínio se projete de cima para baixo. O autor destaca a estratificação da sociedade em camadas

gativa, da honra, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas [...] Praticamente considerada, a diferenciação estamental coincide, por toda parte, com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais, na forma que já conhecemos como típica. Ao lado da honra estamental específica, que sempre se baseia em distância e exclusividade, e ao lado de vantagens honoríficas - como o privilégio de usar determinados trajes, de comer determinados alimentos proibidos aos outros por um tabu, o privilégio de usar armas (que tem conseqüências bastante sensíveis), o direito de praticar determinadas artes, não como profissional, mas como diletante (por exemplo, de tocar determinados instrumentos musicais) - existem monopólios materiais de todas as espécies. Precisamente estes contribuem, por sua natureza, com os motivos mais eficazes para a exclusividade estamental, ainda que raramente sejam sua fonte única” (WEBER, 2000, P. 180-183).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociais, que dissemina relações de poder pela composição social, tais reclamando para si privilégios materiais e espirituais que irão assegurar sua posição e sua base de poder no seio da sociedade.

Todas as camadas, os artesãos e os jornaleiros, os lavradores e os senhores de terra, os comerciantes e os armadores, orientam suas atividades dentro das raias permitidas, respeitam os campos subtraídos ao controle superior, submetem-se às regras convencionalmente fixadas. Junto ao rei, livremente recrutada, uma comunidade – patronato, parceria, oligarquia, como quer que a domine a censura pública – manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada. O comércio, velho aliado do rei não governa: mal logra estruturar a ideologia mercantilista, subjugado pelo estamento, com suas tradições, normas jurídicas e pensadores espirituais (FAORO, 2008, p. 62-63).

O incremento do comércio acelera o aparecimento do sistema patrimonial. Para Raymundo Faoro (2008), o capitalismo possível será o politicamente orientado, que acaba por impedir a autonomia da empresa, e vai ganhando substância, anulando a esfera das liberdades públicas. Nesse contexto, o Estado se confunde com o empresário, o empresário que especula, que manobra os cordéis do crédito e do dinheiro, para o favorecimento de seus associados e para o desespero de uma faixa pequena, desenvolvendo-se o capitalismo de Estado e não o industrial. Os ecos do patrimonialismo português soam no mundo brasileiro. Segundo o autor, a sociedade brasileira – tal como a portuguesa – foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, formado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo funcional que sempre cercou o Chefe de Estado, no período republicano.

Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude a ignomínia lusitana. O imperador não será a única realidade, realidade cercada de sombras e fantasmas, mas ele representa a comunidade do poder, por ele meramente presidida [...] A camada dirigente, aristocrática em sua função e nas suas origens históricas, fecha-se na plenitude hereditária [...] A antiga antinomia metrópole-colônia dá lugar a outra, Estado-Nação, com energias divorciadas, excêntricas no miolo e ajustadas na superfície. Entre duas entidades em confronto, o cidadão só percebe o bacamarte, no dia da eleição; o voraz cobrador de impostos na vida diária. Dessas circunstâncias e dessa massa se compõe a aristocracia, não só a dos títulos e condecorações, mas a do governo. Ela assenta sobre séculos e se alonga no patronato. “A nossa aristocracia” - observam as *Cartas de Erasmo* – “é burocrática: não que se componha somente de funcionários públicos; mas essa classe forma a sua base, à qual se adere, por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira (FAORO, 2008, 445-447).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Desse modo, Raymundo Faoro percebe a formação do Estado brasileiro conduzida por uma elite excludente que reforça a heterogeneidade social. Segundo Arend (2006), a identidade cultural do Brasil não teve adejo próprio, foi moldada e imposta pela metrópole, acabando por não se modernizar, mas prolongou-se de Portugal: *“a cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Souza, reiterada na travessia de dom João VI”* (Faoro, 2001, p. 837).

III. A herança lusitana impedindo a democracia plena no Brasil

Anteriormente foi apresentada a discussão de Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda sobre a construção social do Brasil e a formação das estruturas institucionais, que são amparadas pelos patrimonialismo. Seja o caráter patrimonial, estamental, personalista ou cordial presente na sociedade e esfera pública brasileiras, todos tem o comum aspecto de acabar por impedir a formação de uma democracia, de fato, no país.

Holanda (1995) vê a abolição da escravatura no Brasil como o marco mais visível entre duas épocas, é a partir de 1888 que tinha cessado de funcionar alguns dos freios mais tradicionais contra o advento de um novo estado das coisas - a preparação de um novo sistema com seus domínios fora dos centros rurais. A ascensão dos cafeicultores do oeste paulista, influenciou o desaparecimento progressivo das formas tradicionais de lavoura do açúcar, emancipando-se dos moldes de exploração agrária, o engenho. O surgimento de usinas modernas, a queda do prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão dos novos senhores empresários, fizeram com que os velhos proprietários de terra, reconduzidos pela abolição e por outros fatores, não pudessem intervir nas novas instituições.

A república não havia criado pessoas de uma mesma pátria, mas uma plutocracia- a interferência de uma elite econômica no exercício de poder da sociedade:

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que o sustentava:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das consequências de tal situação. O Estado, entre nós, não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio -, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todos (HOLANDA, 1995, p. 176).

Para o autor, o inegável personalismo da vida política brasileira faz dos lemas da democracia liberal³ conceitos puramente ornamentais ou solenes, sem raízes na realidade. A benevolência democrática é compatível à polidez, resultante de um comportamento social orientado pelo equilíbrio dos egoísmos, o que vai de encontro com a cordialidade do homem brasileiro. Portanto, “*a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido*” (HOLANDA, 1995, p. 158). A importação de um sistema complexo, repleto de preceitos, não permitiu que a democracia se consolidasse entre a sociedade brasileira, o culto ao personalismo foi um elemento dificultador da mudança, todos os movimentos reformadores no país se deram de cima para baixo.

Para Raymundo Faoro (2008), o capitalismo de Estado⁴ é o grande empecilho para que se implante no Brasil uma ordem democrática. Fazendo uma crítica à democracia, o autor afirma que o governo, o efetivo comando da sociedade, não se determina pela maioria que, a pretexto de representar o povo, o controla, deturpa e sufoca. Diz ainda que a classe dirigente, a elite ou a classe política, seria uma excrescência do mecanismo representativo, distorção necessária do exercício da soberania popular, que se coloca em lugar das forças sociais, havendo nesse processo o jogo de artifícios e falsidades. A liderança conquista a confiança popular e lhe infunde, de cima, a representação arbitral de interesses comuns.

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo, como entidade global se irradia. É a própria soberania que se enquista, impenetrável e superior, numa camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria [...] A minoria exerce o governo em nome próprio, não se socorre da nação para justificar o poder, ou para legitimá-lo jurídica ou moralmente [...] O comitê

³ Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais (HOLANDA, 1995, p. 185).

⁴ Para Raymundo Faoro, o capitalismo politicamente orientado, acaba por impedir a autonomia da empresa, e vai ganhando substância, anulando a esfera das liberdades públicas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

executivo, agarrado às rédeas, representa – este de fato representa – um segmento que se apropria do Estado, sem condescendência com a presumível vontade do povo [...] Nesta dança orquestrada pelo estamento, não entra o povo, quem seleciona, remove ou consolida as chefias é a comunidade de domínio, num ensaio maquiavélico de captação do assentimento popular. (FAORO, 2008, p.108-111).

A longa herança (lusitana) social e política acabou por concentrar o poder minoritário numa camada institucionalizada. Esta minoria, extasiada pelo seu sucesso, perde a capacidade de se renovar e se ajustar com novas forças sociais. A modernização de países estamentais provém de planos do alto, importando os avanços técnicos, impostos à nação, de forma retardada por meio de processos que aconteceram naturalmente nas suas sedes criadoras, partindo o mundo em um mundo metropolitano. (FAORO, 2008). Apenas num sistema, em que sobrevive o domínio da economia livre de mercado, é que pode se firmar um verdadeiro Estado de Direito liberal-democrático, no qual há a nítida separação das esferas público e privada (SILVEIRA, 2006).

O Estado Patrimonial de caráter centralizador diminui a influência da sociedade civil nas decisões de ordem pública, o que caracteriza o povo brasileiro como apolítico, incapaz de se organizar para se opor aos intentos da elite dirigente. Para Silveira (2006) a ausência do brasileiro na condução política do país, revela o anacronismo da identidade do sujeito político nacional, que sempre depende da atuação do Estado em sua vida privada.

IV. Considerações finais

As análises de Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda elucidam a construção social brasileira e a formação de suas instituições. A partir de uma herança lusitana, nossa sociedade adquiriu características peculiares que condicionam a composição do Estado e a orientação política do país. Se para Faoro (2008) a herança portuguesa se manifesta em uma sociedade dividida em estamentos e se evidencia em uma estrutura de poder patrimonialista, Holanda (1995), estende a sua análise para o lado da psicologia, afirmando que é inerente à condição do brasileiro típico a antepassada propensão em tratar a política e os assuntos do Estado em conformidade com a noção que o indivíduo adquiriu de seu ambiente familiar, ou seja, de modo pessoal, avesso a formalismos.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A Constituição brasileira de 1988, logo no seu art. 1º, proclama solenemente que “*todo poder emana do povo*” e por ele será exercido, diretamente ou por meio de representantes eleitos (BRASIL, 2014). Na última pesquisa realizada em 2015 pelo *The Economist* sobre o “índice de democracia⁵”, as categorias *funcionamento do governo, participação social e cultura política* jogam o Brasil para a 51ª posição e o classifica como uma democracia imperfeita (THE ECONOMIST, 2016). A contradição no panorama político do país é clara, os eleitos não representam a vontade dos eleitores e muito menos a soberania popular, eles são escolhidos e financiados pela comunidade dominante. Há uma cidadania nacional incluyente no que tange à incorporação do Estado-nação, e categoricamente excluyente na distribuição substantiva dos direitos. A representação política democrática é assentada na distância, é apenas um fingimento para que as classes privilegiadas continuem exercendo o poder como propriedade sua. Já em 1958 Raymundo Faoro tinha cabal clareza dessa apropriação do Estado: “*essa camada muda, se renova, mas não representa a nação*” (FAORO, 2008, p. 824).

Assim como Faoro, mas de maneira mais sutil, Holanda também contempla a apropriação do Estado em benefício particular: “*para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular*” (HOLANDA, 1995, p. 146). Gerações inteiras de famílias se colocando no poder, apropriação do patrimônio público, favorecimento de minorias em detrimento de uma nação inteira, são apenas alguns fatos que se verificam no Brasil.

Apesar dos autores tratarem de diferentes aspectos, ambos confluem para ideia de que a formação da consciência política brasileira é deficiente, regada de presença lusitana e infrutífera. Depois que as obras de Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda foram publicadas, o Brasil já passou por uma ditadura militar, por um processo de redemocratização e até já foi assumido por um “partido dos trabalhadores”, entretanto, as condições atuais do país ainda estão impregnadas de incoerência, com situações claras de apropriação do poder político em função de privilégio de minorias. Dessa forma, mesmo que os autores tenham registrado suas ideias nas décadas de 1930 e

⁵ O *Democracy Index* elege cinco categorias para avaliar o nível de democracia dos países: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. A partir disso, classificam as democracias em: democracia plena, imperfeita, regimes híbridos e autoritarismo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1950, suas reflexões transcendem os dias atuais, revelando a importância e a genialidade dos pensamentos de Raymundo Faoro e Sergio Buarque para além de suas épocas.

V. Referências

AREND, M. **Atraso via modernização cultural**: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. Anais do XI Encontro de Economia Política, UFES, Vitória, Espírito Santo, 2006.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional nº83/2014. [Recurso Eletrônico] – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. **Constituição, Governo e Democracia no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 21, nº. 61, junho de 2006.

ENDERLE, R. A.; GUERRERO, G. **A herança patrimonialista na burocracia estatal do Brasil**. In: XI Encontro de Economia da Região Sul, 2008, Curitiba - PR. Anais do XI Encontro de Economia da Região Sul, 2008

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**- formação do patronato brasileiro. São Paulo: Globo, 11ª Reimpressão, 4ª Ed., 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª Ed.,1995.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. CONPEDI - Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito, v. 1, p. 203-223, 2006.

TAVARES, P. V.; FONSECA, P.C.D. **Estamento Burocrático e Intencionalidade**: Raymundo Faoro, Florestan Fernandes. Revista de Economia Política e História Econômica, v. Ano 06, p. 56-74, 2009.

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2015**: democracy in an age of anxiety. The Economist Intelligence Unit Limited, 2015. Disponível em: <https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015> . Acesso em: jun 2017.

VAZ, J.C.; **A delicada disputa pelas cabeças na evolução do serviço público no Brasil pós-redemocratização**. ENAP 20 anos; caminhos de uma escola de governo. – Brasília: ENAP, p. 37-44, 2006.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

WEBER, M. **Economía e Sociedad**: fundamentos da sociologia comprensiva. São Paulo: Editora UNB, v.2., 2004.